

Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel
coordenação

Rosa Maria Xavier Gomes Carneiro
revisão jurídica

CURSO DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Aspectos teóricos e práticos

Andréa Rodrigues Amin • Ângela Maria Silveira dos Santos
Bianca Mota de Moraes • Cláudia Canto Condack • Galdino Augusto Coelho Bordallo
Helane Vieira Ramos • Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel
Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos • Patrícia Silveira Tavares

8ª edição revista e atualizada
2015



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Poliana Soares Albuquerque

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Bernardete Rodrigues de Souza Maurício

Arte e diagramação Claudirene de Moura Santos Silva

Revisão de provas Amélia Kassiss Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Ivani A. M. Cazarim

Rita de Cassia S. Pereira

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Tatiana dos Santos Romão

Capa Mayara Enohata

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Intergraf Ind. Gráfica Eireli

Acabamento Intergraf Ind. Gráfica Eireli

ISBN 978-85-02-61986-9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Curso de direito da criança e do adolescente : aspectos teóricos e práticos / Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel (coordenação) – 8. ed. rev. e atual. – São Paulo : Saraiva, 2015.

Vários autores.

Bibliografia.

1. Crianças e adolescentes - Direitos 2. Crianças e adolescentes - Direitos - Brasil I. Maciel, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade.

14-11051

CDU-347.157.1 (81) (094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Estatuto da Criança e do Adolescente 347.157.1 (81) (094)
2. Direito da criança e do adolescente : Brasil 347.157.1 (81) (094)

Data de fechamento da edição: 19-12-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

134.807.008.001

968013

Sumário

<i>Autores</i>	5
<i>Agradecimentos especiais</i>	13
<i>Prefácio à 1ª edição</i>	33
<i>Apresentação</i>	37
<i>Nota à 8ª edição</i>	39

PARTE I O DIREITO MATERIAL SOB O ENFOQUE CONSTITUCIONAL

Evolução histórica do direito da criança e do adolescente	43
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Idade Antiga	43
2. Idade Média	44
3. O direito brasileiro	45
4. O período pós-Constituição de 1988.....	49
Referências	52
Doutrina da proteção integral	53
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Introdução.....	53
2. Documentos internacionais	54
3. Da situação irregular à proteção integral	55
Referências	58
Princípios orientadores do direito da criança e do adolescente	60
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	

1. Considerações iniciais	60
2. Princípio da prioridade absoluta	61
3. Princípio do interesse superior da criança e do adolescente	69
4. Princípio da municipalização	71
Referências	73
 Dos direitos fundamentais	 74
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Considerações gerais	74
2. Âmbito de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente	75
3. Direito à vida	76
4. Direito à saúde	77
4.1. Nascituro e atendimento à gestante	78
4.2. Saúde de crianças e jovens	86
4.3. Deficientes	89
4.4. Doentes crônicos	90
4.5. Direito a acompanhante	91
4.6. Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	92
5. Direito à liberdade	93
6. Direito ao respeito e à dignidade	96
7. Direito à educação	97
7.1. Igualdade	98
7.2. Acesso e permanência	100
7.3. Níveis e modalidades de ensino	103
7.4. Ensino noturno	109
7.5. Educação de jovens e adultos	110
7.6. Flexibilização do ensino	110
7.7. Regime especial para gestantes	110
7.8. Educação democratizada	111
7.9. Financiamento da Educação Básica	111
8. Direito à cultura, esporte e lazer	114
9. Direito à profissionalização e à proteção no trabalho	115
9.1. Aprendizagem	117
9.2. Trabalho rural	118
9.3. Atletas mirins	119
Referências	121
 Direito fundamental à convivência familiar	 123
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	

1. Origem da família.....	123
2. Princípios norteadores da família.....	125
3. Noção atual de família.....	127
4. Conceituação de convivência familiar e comunitária.....	133
5. A convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente na situação do art. 98 do ECA.....	135
Referências.....	137
 Poder familiar.....	 140
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. A denominação do instituto.....	140
2. Aspectos pessoais.....	143
2.1. Dever de registrar o filho e o direito ao estado de filiação.....	144
2.1.1. Considerações gerais.....	144
2.1.2. Regularização dos dados parentais na certidão de nascimento do filho...	148
2.1.3. O registro civil de criança e de adolescente na hipótese do art. 98 do ECA.	151
2.1.4. Do dever ao nome: sanções possíveis.....	154
2.1.5. Dos dados registraes decorrentes da adoção e o conhecimento da ascendência genética pelo adotado.....	158
2.1.6. Considerações finais: o afeto como amalgama da filiação.....	159
2.2. Dever de guarda e o direito fundamental do filho de ser cuidado.....	166
2.2.1. Guarda na ruptura da relação afetiva dos pais.....	169
2.2.1.1. Guarda e companhia consensual.....	171
2.2.1.2. Guarda compartilhada.....	172
2.2.1.3. Guarda litigiosa.....	176
2.2.2. Dever/direito à convivência familiar plena.....	179
2.2.3. Fiscalização da educação e manutenção do filho pelo não guardião.....	188
2.3. Dever de criar e educar o filho e o direito fundamental deste à educação, à profissionalização e à cidadania.....	189
2.4. Dever de sustento e o direito fundamental à assistência material.....	191
2.5. Dever de assistência imaterial e o direito ao afeto.....	196
2.5.1. Da devolução do filho adotivo.....	198
3. Aspectos patrimoniais do poder familiar.....	201
4. Considerações acerca do controle do poder familiar.....	202
4.1. A falta de recursos materiais.....	206
4.2. Suspensão do poder familiar.....	208
4.3. Extinção do poder familiar.....	210
4.3.1. Morte.....	210

4.3.2. Emancipação	210
4.3.3. Maioridade civil.....	211
4.3.4. Adoção	211
4.3.5. Decisão judicial	213
4.4. Perda ou destituição do poder familiar	214
4.4.1. Castigo imoderado	214
4.4.2. Abandono	217
4.4.3. Atos contrários à moral e aos bons costumes	218
4.4.4. Reiteração das faltas.....	221
4.5. Perda do poder familiar na lei trabalhista.....	221
4.6. Perda do poder familiar na lei penal	222
5. Restabelecimento do poder familiar.....	224
Referências	226
 Regras gerais sobre a colocação em família substituta	 232
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução	232
2. Modalidades	233
Referências	235
 Guarda	 237
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução	237
2. Guarda provisória e guarda definitiva	240
3. Guarda de fato	241
4. Guarda como medida protetiva ou estatutária	243
5. Guarda em favor da família extensa	243
6. Guarda subsidiada ou por incentivo: medida de acolhimento familiar	245
7. Guarda legal do dirigente da entidade de acolhimento institucional	247
8. Guarda da criança ou do adolescente estrangeiro	251
9. Dependência para todos os fins	251
10. Compartilhamento da guarda dos pais com a família substituta	256
11. Visitação de criança ou de adolescente sob a guarda de terceiros	257
12. Visitação dos filhos sob medida de proteção de acolhimento institucional ou socioeducativa	 259
Referências	262
 Tutela	 263
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	

1. Introdução	263
2. Tutela testamentária	266
3. Tutela legítima	267
4. Tutela dativa	268
5. Tutela provisória e definitiva	268
6. Características controvertidas da tutela	269
7. Entrega do filho em tutela	272
8. Obrigações pessoais	272
8.1. Guarda do tutelado	274
9. Obrigações patrimoniais	275
10. Tutela como medida protetiva ou estatutária	277
11. Tutela no Código Civil: outras notas	278
12. Causas de cessação da tutela	279
Referências	280
 Adoção	 282
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	282
2. Histórico	283
2.1. O direito civil constitucional	288
3. Conceito e natureza jurídica	291
4. Legitimidade	292
4.1. Considerações gerais	292
4.2. Impedimento parcial (tutor e curador)	294
4.3. Impedimento total (avós e irmãos)	296
4.4. Adoção por divorciados e ex-companheiros	299
4.5. Adoção por casal homossexual	301
4.6. Adoção de nascituro	311
5. Cadastro e habilitação para adoção	313
6. Requisitos	321
6.1. Idade mínima e estabilidade da família	321
6.2. Diferença de 16 anos	323
6.3. Consentimento	325
6.3.1. Dispensa do consentimento	326
6.3.2. Revogabilidade do consentimento	327
6.4. Concordância do adotando	329
6.5. Reais benefícios para o adotando	331

7. Estágio de convivência	334
8. Efeitos	338
8.1. Efeitos pessoais	339
8.2. Efeitos patrimoniais	341
9. Modalidades	341
9.1. Adoção bilateral	342
9.2. Adoção unilateral	344
9.3. Adoção póstuma	344
9.4. Adoção <i>intuitu personae</i>	347
9.5. Adoção “à brasileira”	352
10. Adoção internacional	354
Referências	361

Prevenção	364
-----------------	-----

Ângela Maria Silveira dos Santos

1. Introdução	364
2. Prevenção especial	369
2.1. Acesso aos espetáculos e diversões públicas	370
2.2. Acesso aos programas de rádio e televisão	372
2.2.1. Entrada e permanência	372
2.2.2. Participação em espetáculos públicos	372
2.3. Exibição de programas pelas emissoras de rádio e de televisão	376
2.4. Venda e locação de fitas de programação em vídeo	382
2.5. Revistas e publicações	382
2.6. Estabelecimentos que exploram jogos com apostas	385
2.7. Produtos proibidos	387
2.8. Hospedagem	388
2.9. Autorização de viagem	389
2.9.1. Considerações iniciais	389
2.9.2. Autorização judicial para viagem nacional	390
2.9.3. Autorização para viagem ao exterior	391
Referências	394

PARTE II A REDE DE ATENDIMENTO

A política de atendimento	397
---------------------------------	-----

Patricia Silveira Tavares

1. Introdução.....	397
2. Uma visão geral da nova política de atendimento	406
2.1. As linhas de ação da política de atendimento.....	407
2.2. As diretrizes da política de atendimento	413
3. Os fundos dos direitos da criança e do adolescente	419
3.1. Introdução.....	419
3.2. Definição	420
3.3. Disciplina legal	421
3.4. A organização essencial	422
3.5. Nota sobre os denominados “certificados de captação” e as “doações casadas”	432
4. As entidades de atendimento	438
4.1. Aspectos gerais	438
4.2. Registro das entidades e inscrição dos programas	442
4.3. Os princípios e as regras especialmente aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional ou familiar	446
4.4. Os princípios e as regras especialmente aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de atendimento socioeducativo	454
4.5. A fiscalização das entidades de atendimento	458
Referências	461
 Os conselhos dos direitos da criança e do adolescente	 463
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	463
2. Definição	464
3. Natureza jurídica.....	465
4. A formação dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente	466
4.1. A criação do órgão.....	466
4.2. A composição paritária	468
4.3. A escolha dos membros	470
4.4. As normas de funcionamento	471
5. As atribuições dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente	472
5.1. A deliberação e o controle das ações relacionadas à política de atendimento	473
5.2. A gestão dos fundos dos direitos da criança e do adolescente	478
5.3. O registro e a inscrição dos programas e a inscrição das entidades de atendimento não governamentais	480
5.4. A organização do processo de escolha dos membros do conselho tutelar....	482
6. O controle da atuação dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente ..	484

Referências	486
O conselho tutelar	487
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	487
2. Visão geral.....	489
2.1. Conceito.....	489
2.2. Características	489
3. A estruturação do conselho tutelar	492
3.1. A implantação do órgão.....	492
3.2. A composição.....	499
3.3. Os requisitos mínimos para o exercício da função de conselheiro tutelar	504
4. O processo de escolha dos membros do conselho tutelar.....	511
4.1. Regra geral	511
4.2. As peculiaridades municipais	513
5. As atribuições e o limite territorial de atuação do conselho tutelar.....	515
5.1. As atribuições do conselho tutelar	516
5.2. O limite territorial de atuação do conselho tutelar	530
6. A fiscalização do conselho tutelar	531
6.1. A revisão das decisões do conselho tutelar.....	531
6.2. O controle da atuação dos membros do conselho tutelar	532
Referências	537
 O Poder Judiciário.....	 539
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. O juiz.....	539
2. Órgãos auxiliares	541
 Ministério Público	 546
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	546
2. Instauração de procedimentos administrativos e sindicâncias (art. 201, VI e VII).....	549
3. Promover medidas judiciais e extrajudiciais para zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais das crianças e dos adolescentes (art. 201, VIII)	551
4. Inspeção às entidades de atendimento (art. 201, XI).....	552
5. Fiscalização da aplicação das verbas do fundo municipal (art. 260, § 4º) ...	553

Referências	556
O advogado	557
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	

PARTE III DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Infrações administrativas	563
<i>Patricia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos</i>	
1. Conceito de infração administrativa.....	563
2. Princípios gerais das infrações administrativas.....	567
2.1. Princípio da proteção integral.....	567
2.2. Princípio da prioridade absoluta.....	568
2.3. Princípio da legalidade	568
2.4. Princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos.....	570
2.5. Princípio da objetividade	572
2.6. Princípio da independência das sanções administrativas.....	573
2.7. Princípio da publicidade	574
2.8. Princípio do devido processo legal	575
2.9. Princípio da ampla defesa e contraditório	575
3. Das infrações administrativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente	577
3.1. Breve histórico.....	577
3.2. A interpretação das infrações administrativas.....	581
3.3. A multa	582
3.4. Da prescrição.....	587
4. As infrações administrativas em espécie.....	589
4.1. Omissão de comunicação de maus-tratos	589
4.2. Impedir o exercício de direitos fundamentais de ampla defesa, contraditório, convivência familiar e escolarização de adolescente privado da liberdade	595
4.3. Divulgação de dados e identificação de criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.....	596
4.4. Guarda para fins de trabalho doméstico	601
4.5. Descumprimento dos deveres decorrentes da autoridade familiar.....	603
4.6. Hospedagem de criança ou adolescente desacompanhado.....	623

4.7. Transporte irregular de criança ou adolescente	626
4.8. Proteção dos valores éticos e sociais da pessoa e da família na formação de crianças e adolescentes (arts. 252 a 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente).....	629
4.8.1. Ausência de informação na entrada sobre diversão ou espetáculo público	633
4.8.2. Ausência de indicação dos limites de idade no anúncio de representações ou espetáculos	636
4.8.3. Transmissão, via rádio ou televisão, de espetáculo de forma irregular ...	641
4.8.4. Exibição de espetáculo de forma irregular	644
4.8.5. Venda ou locação de programação inadequada	648
4.8.6. Comercialização de revistas e periódicos de maneira irregular	649
4.8.7. Entrada e participação irregular de crianças e adolescentes em diversões e espetáculos.....	655
4.8.7.1. A entrada de criança ou adolescente nos locais de diversão	657
4.8.7.2. Participação de criança ou adolescente em espetáculos públicos.....	666
4.8.8. Não providenciar a instalação e operacionalização dos cadastros de adoção.....	669
4.8.9. Deixar de encaminhar imediatamente à autoridade judiciária mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção.....	670
Referências	671

PARTE IV A EFETIVIDADE DO ECA: MEDIDAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

As medidas de proteção	677
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	677
1.1. Evolução legislativa	677
1.2. Definição	679
1.3. Hipóteses de aplicação.....	679
2. As medidas específicas de proteção.....	681
2.1. Normas gerais	681
2.2. A autoridade competente.....	684
2.3. As hipóteses elencadas no art. 101 do ECA	687
2.4. Os procedimentos para a aplicação das medidas específicas de proteção .	694
Referências.	701

As medidas pertinentes aos pais, responsáveis ou outras pessoas encarregadas do cuidado de crianças e adolescentes.....	702
---	-----

Patricia Silveira Tavares

1. Introdução.....	702
2. As medidas previstas nos arts. 129 e 18-B do ECA	705
3. Observações quanto ao procedimento	709
Referência.....	710

Os princípios constitucionais do processo	711
---	-----

Galdino Augusto Coelho Bordallo

1. Introdução.....	711
2. Devido processo legal	713
3. Igualdade	716
4. Contraditório	717
5. Acesso à justiça.....	718
6. Juiz natural.....	722
7. Promotor natural.....	723
8. Motivação das decisões.....	724
9. Publicidade	724
10. Tempestividade da tutela jurisdicional.....	725
Referências	728

As regras gerais de processo.....	731
-----------------------------------	-----

Galdino Augusto Coelho Bordallo

1. Introdução.....	731
2. Capacidade processual	732
3. Curadoria especial.....	733
4. Gratuidade de justiça.....	738
5. Segredo de justiça.....	742
6. Competência	744
6.1. Jurisdição. Conceito de competência	744
6.2. Critérios determinadores da competência.....	746
6.3. Competência absoluta e competência relativa	747
6.4. Critérios específicos de fixação da competência constantes do ECA.....	748
6.5. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	756
7. Poder geral de cautela.....	759
8. Princípio da intervenção mínima	764
Referências	765

Ação de suspensão e de destituição do poder familiar.....	767
---	-----

Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel

1. Introdução.....	767
2. Competência	768
3. Legitimidade ativa	772
4. Legitimidade passiva	778
5. Pedido cumulativo	782
6. Medidas cautelares correlatas.....	783
7. Resposta do réu.....	787
8. Fase instrutória.....	788
9. Fase decisória	790
10. Ação de restituição do poder familiar	793
Referências	796

As regras gerais do procedimento de colocação em família substituta	797
---	-----

Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel

1. Introdução.....	797
2. Fase postulatória	798
3. O consentimento dos pais	799
4. Pedido formulado diretamente em cartório.....	801
5. Fase instrutória.....	802
6. A oitiva da criança e do adolescente	804
7. Fase decisória	808
Referências	809

Ação de guarda.....	810
---------------------	-----

Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel

1. Competência	810
2. Fase postulatória	812
3. Citação ou a concordância dos pais	816
4. Concessão da guarda provisória e definitiva.....	817
5. Perda ou revogação da guarda	817
Referências	820

Ação de tutela e procedimentos correlatos.....	821
--	-----

Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel

1. Introdução.....	821
2. A competência considerando a situação do tutelando	821

3. Fase postulatória	822
4. Interesse exclusivamente previdenciário	824
5. Oitiva obrigatória do tutelando.....	824
6. Pedido de tutela cumulado com a perda do poder familiar.....	825
7. Termo de tutela	826
8. Procedimento de escusa da tutela	826
9. Prestação de contas e balanço na tutela.....	827
10. Remoção do tutor.....	829
Referências	830
 Procedimento da habilitação para adoção	831
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
 Ação de adoção	834
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Rito e competência	834
2. Petição inicial e pedido.....	834
3. Citação	838
4. Oitiva dos pais biológicos.....	839
5. Estudo de caso	839
6. Audiência prévia e de instrução e julgamento.....	839
7. Sentença.....	840
8. Adoção internacional.....	840
Referências	842
 Procedimento de apuração de irregularidades em entidade de atendimento ...	843
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	843
2. Natureza jurídica do procedimento	844
3. Competência	848
4. Fase postulatória	849
5. Legitimados passivos	852
6. Afastamento provisório do dirigente	855
7. Resposta escrita	858
8. Fase instrutória.....	860
9. Fase decisória	861
10. Medidas aplicáveis à entidade condenada.....	863

Referências	869
Procedimento das infrações administrativas.....	871
<i>Patricia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos</i>	
1. Natureza jurídica do procedimento	871
2. Princípios	872
3. Competência	874
4. Rito processual	875
5. O Ministério Público e a cumulação do pedido para a aplicação da multa em outras ações.....	879
6. Abuso sexual intrafamiliar e a representação prevista no art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente	883
Referências	883
Procedimento de portaria e de expedição de alvará.....	885
<i>Ângela Maria Silveira dos Santos</i>	
1. Natureza jurídica e competência para disciplinar por meio de portaria.....	885
1.1. Introdução.....	885
1.2. Conceituação e natureza jurídica da portaria e do alvará	886
1.3. Portaria do art. 149 do ECA	888
2. Autorização para a participação e a entrada em espetáculos públicos.....	891
Referências	893
Ação civil pública	895
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	895
2. Direitos metaindividuais.....	897
3. Inquérito civil.....	900
4. Termo de ajustamento de conduta.....	905
5. Ação civil pública	908
5.1. Introdução e conceito	908
5.2. Legitimidade	910
5.3. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos.....	915
5.4. Liminar	916
5.4.1. Suspensão da liminar pelo presidente do tribunal.....	920
5.5. Objeto e competência.....	922
5.6. Sentença.....	923

SUMÁRIO

29

5.7. Coisa julgada.....	929
5.7.1. Introdução.....	929
5.7.2. Coisa julgada na ação coletiva	931
5.8. Execução.....	940
Referências	946
 Outras ações previstas no Estatuto.....	 950
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	950
2. Mandado de segurança.....	954
3. Ação para cumprimento de obrigação de fazer	959
Referências	964
 Recursos.....	 966
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	966
2. Unicidade do sistema	968
2.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	972
2.2. Legitimidade e interesse para recorrer.....	975
2.3. Motivação.....	976
2.4. Forma	977
2.5. Renúncia e desistência.....	977
3. Preparo.....	978
4. Tempestividade	980
5. Efeitos	986
5.1. Concessão do efeito suspensivo	990
5.2. Efeitos da apelação nas ações socioeducativas.....	992
6. Juízo de retratação.....	994
7. Procedimento no tribunal.....	998
8. Recurso contra portarias e alvarás.....	1000
Referências	1000

PARTE V DA PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL

A prática de ato infracional.....	1005
<i>Bianca Mota de Moraes</i>	

Helane Vieira Ramos

1. Disposições gerais (arts. 103 a 105 do ECA).....	1005
1.1. Inimputabilidade infantojuvenil	1006
1.2. Ato infracional praticado por criança.....	1012
1.3. Ato infracional e indisciplina escolar	1013
2. Direitos individuais (arts. 106 a 109 do ECA)	1016
3. Garantias processuais (arts. 110 e 111 do ECA).....	1023
4. Apuração do ato infracional (arts. 171 a 190 do ECA).....	1024
4.1. Fase policial	1024
4.2. Fase de atuação do Ministério Público.....	1027
4.3. Fase judicial	1039
5. Medidas socioeducativas (arts. 112 a 125 do ECA).....	1049
5.1. Disposições gerais.....	1049
5.1.1. Adolescente em situação de uso ou de dependência de drogas	1053
5.1.2. Adolescente com transtorno mental.....	1056
5.1.3. Aplicação de medidas socioeducativas ao jovem adulto	1058
5.2. Advertência	1061
5.3. Obrigação de reparar o dano	1061
5.4. Prestação de serviços à comunidade	1062
5.5. Liberdade assistida	1063
5.6. Semiliberdade.....	1064
5.7. Internação	1066
5.7.1. Internação provisória.....	1068
5.7.2. Internação definitiva.....	1073
5.7.3. Internação-sanção	1092
6. Execução das medidas.....	1093
6.1. Tramitação processual na fase executória.....	1094
6.2. Reavaliação de medida socioeducativa.....	1100
6.3. Não vinculação do juiz ao laudo técnico para a reavaliação das medidas ..	1108
6.4. Revisão de medida aplicada em sede de remissão (art. 128 do ECA)	1109
6.5. Visitas e regime disciplinar	1116
7. Prescrição e extinção	1117
Referências	1126

PARTE VI DOS CRIMES

Dos crimes	1133
------------------	------

Cláudia Canto Condack

1. Introdução.....	1133
2. Disposições gerais.....	1134
3. Dos crimes em espécie.....	1135
3.1. Omissão do registro de atividades ou do fornecimento da declaração de nascimento.....	1135
3.2. Omissão de identificação do neonato e da parturiente ou de realização de exames necessários.....	1137
3.3. Privação ilegal da liberdade de criança ou adolescente.....	1140
3.4. Omissão da comunicação de apreensão de criança ou adolescente.....	1142
3.5. Submissão de criança ou adolescente a vexame ou constrangimento.....	1143
3.6. Tortura.....	1145
3.7. Omissão na liberação de criança ou adolescente ilegalmente apreendido ..	1153
3.8. Descumprimento injustificado de prazo legal.....	1155
3.9. Impedimento ou embaraço à ação de autoridades.....	1156
3.10. Subtração de criança ou adolescente.....	1157
3.11. Promessa ou entrega de filho ou pupilo.....	1159
3.12. Tráfico internacional de criança ou adolescente.....	1161
3.13. Utilização de criança ou adolescente em cena pornográfica ou de sexo explícito.....	1163
3.14. Comércio de material pedófilo.....	1167
3.15. Difusão de pedofilia.....	1169
3.16. Posse de material pornográfico.....	1172
3.17. Simulacro de pedofilia.....	1174
3.18. Aliciamento de menores.....	1176
3.19. Norma explicativa.....	1177
3.20. Venda, fornecimento ou entrega de arma, munição ou explosivo.....	1178
3.21. Venda, fornecimento ou entrega de produto causador de dependência física ou psíquica.....	1179
3.22. Venda, fornecimento ou entrega de fogos de estampido ou artifício.....	1182
3.23. Exploração sexual de criança ou adolescente.....	1183
3.24. Corrupção de menores.....	1186
Referências.....	1189